

# IDENTIDADE SOCIAL EM SOCIEDADES MULTIÉTNICAS

Nos capítulos anteriores, destacou-se que desde muito cedo as crianças mostram-se sensíveis às informações de seu contexto social, em especial ao fato de que a sociedade possui diversos grupos e que estes diferem entre si em função do status social e do valor a eles associado (ABOUD, 1988; BIGLER e LIBEN, 2006; FRANÇA, 2013). Essa habilidade perceptiva por parte das crianças desenvolve-se ao longo do processo de socialização, especialmente, por meio das mensagens transmitidas por pais (PRIEST et al., 2014), professores (DIAS, 2012; FARAGO; DAVIDSON; BYRD, 2019), e pela mídia (BRENICK et al., 2010; SANTOS; SOUZA; SANTOS; MALTA, 2015). A partir das interações estabelecidas entre as crianças e diferentes agentes socializadores, estereótipos são internalizados e são formadas atitudes frente aos diferentes grupos étnico-raciais.

Somando-se ao fato de reconhecer os grupos sociais e as diferenças de status entre eles, um dos aspectos mais relevantes do processo de socialização consiste na capacidade da criança reconhecer-se como parte de um grupo social. Ao mesmo tempo em que se identificar como membro de um grupo social, a criança atribuir valor emocional a essa pertença, fenômeno conhecido como Identidade Social (TAJFEL, 1981). O papel que a identidade social desempenha sobre os julgamentos e as condutas sociais das crianças tem sido amplamente documentado

na literatura (NESDALE, 2017), ressaltando-se, em especial, o papel exercido pelas categorias raça e gênero, as quais são mais prontamente reconhecidas durante o desenvolvimento infantil, exercendo influência sobre a conduta intergruppal ainda nos cinco primeiros anos de vida (KILLEN e RUTLAND, 2011).

Nas últimas décadas, entretanto, muitos estudos têm se voltado para a análise de processos intergrupais entre crianças com base em outras categorias, a exemplo da nacionalidade, da religião e das diferenças étnico-culturais (GALLAGHER e CAIRNS, 2011; NIWA et al., 2014). O interesse em ampliar o escopo das categorias no estudo sobre as relações intergrupais entre crianças deve-se a duas razões. Por um lado, as pesquisas realizadas com adultos indicam que mudanças sacionormativas levaram à condenação de formas flagrantes de racismo, observando-se processos indiretos de preconceito e discriminação que não recorrem necessariamente à categoria de raça, mas a categorias como a nacionalidade, cultura ou a etnia (PETTIGREW e MEERTENS, 1995). Por outro lado, o aumento do fluxo migratório de países em desenvolvimento para países desenvolvidos criou contextos em que as diferenças entre grupo dominante e grupos minoritários tornam-se altamente salientes para as crianças, permitindo a construção de identidades sociais a partir de múltiplos critérios que envolvem, ao mesmo tempo, raça, religião, cultura ou afiliação política.

Nesta seção, serão apresentadas questões associadas ao desenvolvimento da identidade social das crianças inseridas em sociedades multiétnicas. Para tanto, serão considerados três contextos distintos, caracterizados por diferentes formas de conflito intergruppal. Inicialmente, serão apresentados estudos realizados em contextos caracterizados por conflitos de longa duração entre os grupos étnicos, a exemplo do Oriente Médio e da Irlanda do Norte. Em seguida, serão discutidos resultados de investigações realizadas em países onde a convivência entre diferentes grupos étnicos tem sido fomentada pelo aumento do fluxo migratório de países em desenvolvimento para países desenvolvidos. Por fim, será discutido o contexto brasileiro, sociedade multiétnica em que as diferenças de status e de valor entre os grupos étnico-raciais têm sido historicamente pela negação da existência de conflitos e desigualdades de ordem étnico-racial (FERNANDES, 1972, 2007).

## O DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE SOCIAL DAS CRIANÇAS EM MEIO A CONFLITOS INTERGRUPAIS DE LONGA DURAÇÃO

Muitas pesquisas realizadas em contextos onde as relações intergrupais são caracterizadas por conflitos de longa duração e pelo predomínio de expressões flagrantes de hostilidade têm apontado as consequências negativas desses conflitos sobre a saúde mental das crianças, destacando-se o desenvolvimento de ansiedade e depressão (MARIE; SAADAEEN; BATTAT, 2020). Não obstante, é possível abordar os efeitos dos conflitos de longa duração a partir de uma perspectiva intergrupai, investigando-se como tais conflitos influenciam na formação de estereótipos, no grau de identificação com o endogrupo e, por fim, nas manifestações de preconceito e discriminação.

A exemplo de contextos sociais caracterizados por conflitos intergrupais de longa duração, onde predominam expressões flagrantes de hostilidade entre os grupos sociais, pode-se mencionar o Oriente Médio e a Irlanda do Norte. A primeira região é historicamente marcada pelos conflitos políticos entre árabes e judeus. A Irlanda do Norte, por sua vez, possui conflitos de longa duração entre os grupos católico e protestante. No caso do Oriente Médio, as expressões de hostilidade intergrupai entre árabes e judeus abrangem, ao mesmo tempo, as categorias de raça, etnia, nacionalidade, religião e cultura. Na Irlanda do Norte, por sua vez, a relação entre católicos e protestantes não evoca a categoria de raça. Os conflitos entre esses dois grupos mesclam as categorias de nacionalidade, religião e orientação política.

Uma das consequências de se viver num contexto caracterizado por episódios recorrentes de violência e intolerância intergrupai é a internalização de estereótipos negativos contra membros do exogrupo. No estudo de Brenick et al. (2010), ao serem solicitadas a descrever árabes e judeus, crianças de origem árabe caracterizavam os judeus com adjetivos associados à violência (e.g., “assassino, destruidor”), concomitantemente crianças judias reportavam-se aos árabes utilizando adjetivos negativos (e.g., “sujo”, “pobre”). Tais estereótipos costumam ser acentuados em função da maneira como os meios de comunicação representam os membros do exogrupo (BAR-TAL e TEICHMAN, 2005) ou mesmo pela exposição frequente a situações que envolvem violência e conflito interétnico, sendo capazes de diminuir a predisposição das crianças para interagir e criar vínculos de amizade com pares pertencentes ao exogrupo (NIWA et al., 2014).

É interessante verificar que, apesar de ambos os grupos serem recíprocos quanto à atribuição mútua de estereótipos negativos, observam-se variações nas

justificativas que as crianças adotam ao apoiar ou rechaçar processos de exclusão contra o exogrupo. Nessa mesma pesquisa, Brenick et al. (2010) identificaram que as crianças palestinas (grupo de origem árabe) eram mais propensas a perceber como legítimo excluir outra criança em função de suas roupas contrariarem as tradições de seu grupo religioso. Variações como essa indicam que o julgamento social da criança é multifacetado. Ao avaliar situações de exclusão social, as crianças ponderam, simultaneamente, o status que seu grupo possui na estrutura social (dominante/minoritário) e a importância que tradições culturais e religiosas possuem no estabelecimento de diferenças entre endogrupo e exogrupo.

Não obstante à presença de tais estereótipos, algumas pesquisas indicam que, mesmo em contextos altamente conflitivos, é possível promover atitudes inclusivas e de respeito à diversidade entre crianças. Intervenções baseadas na teoria do contato intergrupal (ALLPORT, 1954; PETTIGREW, 1998), a exemplo do *Class Exchange Program*, programa caracterizado por criar classes etnicamente mistas (árabes e judeus) e, ao mesmo tempo, contemplar uma série de atividades curriculares direcionadas ao respeito e aceitação do “outro” (BERGER; ABU-RAIYA; GELKOPF, 2015). Esse tipo de intervenção tem sido capaz de reduzir tendências discriminatórias e estereótipos negativos contra o exogrupo e, ao mesmo tempo, promover sentimentos positivos e predisposição ao contato para com os membros do exogrupo entre árabes e judeus inseridos no ensino fundamental (BERGER; BENATOV; ABU-RAIYA; TADMOR, 2016).

No caso da Irlanda do Norte, o conflito intergrupal abrange ideologias religiosas, políticas e nacionalistas, frequentemente dicotomizadas entre aqueles que desejam que a Irlanda do Norte seja unificada à Irlanda e aqueles que desejam que ela permaneça parte do Reino Unido. Essas ideologias encontram-se representadas nas categorias “Protestante” e “Católico” (FERGUSON e MCKEOWN, 2016). A Irlanda do Norte vivenciou mais de 30 anos de conflito armado entre esses dois grupos. Embora o país encontre-se, nos dias atuais, numa fase pós-conflito, ele é caracterizado pelo nível elevado de segregação. A maioria da população ainda vive em comunidades que possuem uma única identidade (Protestante ou Católica) e a maioria das crianças também frequenta escolas específicas para esses dois grupos religiosos (NOLAN, 2017).

Num estudo realizado com crianças dos 7 aos 11 anos de idade, Gallagher e Cairns (2011) verificaram que a partir dos 7 anos de idade as crianças identificam-se com a nacionalidade comumente associada a seu grupo religioso, isto é, crianças católicas (grupo minoritário) reconheciam-se como irlandesas e crianças protestantes (grupo dominante) reconheciam-se como britânicas. Entretanto,

observaram-se variações nas atitudes intergrupais em função da idade e do grupo social da criança. Quanto ao grupo social, as crianças católicas apresentavam maior orgulho de sua identidade que as crianças protestantes. Ambos os grupos apresentam favoritismo endogrupal, atribuindo-se mais adjetivos positivos que negativos ao seu próprio grupo. No entanto, as crianças católicas avaliavam os protestantes de forma mais negativa. As crianças protestantes, por sua vez, não faziam avaliações negativas dos irlandeses. Quanto à idade, as crianças mais novas (7 anos) foram mais sensíveis sobre comentários negativos acerca de sua identidade nacional em comparação às crianças mais velhas (11 anos).

Ao contrário das pesquisas realizadas com grupos étnico-raciais, o estudo de Gallagher e Cairns não verificou diminuição das atitudes negativas para com o exogrupo em função da idade. Esses resultados revelam um aspecto importante acerca da relação entre desenvolvimento cognitivo e normas sociais. De acordo com a Teoria do Desenvolvimento da Identidade Social (NESDALE, 2004, 2008), em cenários em que há a percepção de que o outro grupo representa uma ameaça, as atitudes negativas contra o grupo identificado como inimigo são comuns. Uma das consequências da percepção que o exogrupo representa uma ameaça é a manutenção de atitudes intergrupais negativas ao longo do desenvolvimento infantil (TEICHMAN e BAR-TAL, 2008). Em sociedades divididas como a Irlanda do Norte, o contexto conflitivo leva a uma maior consciência da identidade religiosa/nacional por parte das crianças. Por conseguinte, a aquisição de habilidades cognitivas que caracterizam o período operacional concreto não é, necessariamente, acompanhada pela redução do favoritismo endogrupal e a hostilidade conta o exogrupo.

## **O DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL EM CONTEXTOS MIGRATÓRIOS**

O preconceito contra grupos nacionais ou étnicos, definido como xenofobia, é um fenômeno que, historicamente, tem estado presente nas relações intergrupais de diversos países (BRISKMAN, 2015). Nas últimas décadas, entretanto, mudanças sociais e normativas levaram as investigações sobre esse fenômeno a adquirirem maior relevância. Em face à coibição formal de práticas de preconceito e discriminação com base na categoria de “raça”, muitas expressões de favoritismo e hostilidade intergrupais têm se baseado nas categorias de cultura e de nacionalidade, embasadas na percepção de que grupos minoritários ameaçam valores centrais da cultura do grupo dominante ou que as diferenças culturais entre esses grupos são profundas e irreconciliáveis, (PEDERSEN e WALKER, 1997; PETTIGREW e MEERTENS, 1995).

Os países membros da União Europeia têm se tornado um centro de atração de imigrantes, em especial de populações provenientes regiões que vivenciam situações de pobreza ou de conflito político, tais como o Norte da África, o Oriente Médio e a América Latina (TARCHI et al., 2019). Na perspectiva das relações intergrupais, dois fenômenos são especialmente relevantes na relação entre imigrantes e comunidade autóctone: a ameaça real e a ameaça simbólica. A primeira consiste na percepção de que os imigrantes competem por emprego, moradia e políticas de bem-estar social (STEPHAN e STEPHAN, 2000). Ao passo que a ameaça simbólica envolve a crença de que os valores e práticas culturais dos imigrantes são incompatíveis com a sociedade que os acolhe (STEPHAN et al., 2002). Esses dois tipos de ameaça têm sido adotados na retórica de partidos de extrema-direita e fomentam a manifestação de condutas discriminatórias contra grupos minoritários (GREVEN, 2016).

O convívio entre comunidades autóctones e imigrantes é propício para que as identidades nacional e étnica se tornem salientes para as crianças, as quais, desde muito cedo, atribuem importância a essas categorias sociais e endossam estereótipos negativos contra grupos minoritários. A Espanha, por exemplo, é um país que, desde o final da década de 1980 tem experimentado um elevado fluxo migratório, em especial de imigrantes provenientes da América Latina e do Norte da África. A maioria das crianças espanholas com idade pré-escolar (3-6 anos) mostram-se conscientes das diferenças étnico-raciais, ao mesmo tempo em que manifestam favoritismo endogrupal (GUERRERO; ENESCO; LAM, 2011). Crianças espanholas possuem estereótipos negativos contra ciganos e latino-americanos grupos comumente estereotipados pelos adultos (ENESCO; NAVARRO; PARADELA; GUERRERO, 2005). No contexto espanhol, ressalta-se que, embora os ciganos tenham migrado para a Espanha há mais de 500 anos, eles representam uma comunidade étnica que ainda é alvo recorrente de preconceito, estereotipia e discriminação (CEA D'ANCONA e VALLES MARTINEZ, 2015).

Um dos grupos de imigrantes mais discriminado no cenário europeu são aqueles provenientes de países majoritariamente muçulmanos (PEROCO, 2018). De maneira geral, os imigrantes muçulmanos são frequentemente expostos pela mídia e pelos meios de comunicação de modo negativo, sendo associados a ameaças como o terrorismo motivado pelo fanatismo religioso, o desemprego, a criminalidade e a violência urbana (AHMED e MATTHES, 2017). Além de ameaças em termos da economia e da segurança, os muçulmanos são

identificados como ameaça a valores centrais da sociedade ocidental, tais como a liberdade individual e o secularismo de instituições públicas (BRUNO, 2016).

A exposição a tais conteúdos negativos e a situações de discriminação contra muçulmanos tem repercussão sobre as atitudes intergrupais das crianças, as quais, por volta dos 6 anos de idade, já manifestam atitudes negativas contra esse grupo e reportam estereótipos que abrangem, ao mesmo tempo, as categorias de raça, religião, linguagem e nacionalidade (DE BRUJIN et al., 2020; WELPLY, 2018). A exposição a esses elementos incide não só sobre a formação de atitudes negativas de crianças europeias contra esse grupo, mas também afeta a formação identitária de crianças muçulmanas, levando a pioras na autoestima e na saúde mental (YOUNUS e MIAN, 2019).

Também no contexto migratório, um dos grupos mais suscetíveis a processos de discriminação são os imigrantes que se encontram na categoria de refugiados, a qual abrange grupos que deixaram seu país de origem devido a situações de guerra, violência política e restrição a direitos e garantias fundamentais. Na Europa, os refugiados abrangem uma vasta gama de etnias e nacionalidades, havendo um predomínio de grupos provenientes de países do norte da África, do Oriente Médio e da América Latina (PEW RESEARCH CENTER, 2017). Na Inglaterra, país que historicamente têm recebido um grande fluxo de imigrantes, verificou-se que adolescentes não só avaliavam os refugiados de forma mais negativas que os demais grupos sociais (CAMERON e RUTLAND, 2008) como também defendiam que eles não deveriam ter direito de decidir onde morar, direito este assegurado a todos os cidadãos (RUCK e TENENBAUM, 2014; TENENBAUM e RUCK, 2012).

De modo similar, Verkuyten e Steenhuis (2005) verificaram que a condição de imigrante refugiado levava pré-adolescentes holandeses a avaliar o exogrupo de forma mais negativa, mesmo em comparação a outros grupos comumente discriminados, a exemplo dos marroquinos. Esse estudo ainda revelou que a hostilidade era mais elevada entre os adolescentes que residiam nas proximidades dos centros de acolhimento aos refugiados, sugerindo que, quando o contato intergrupar não ocorre em condições adequadas (ALLPORT, 1954; PETTIGREW, 1998), ele favorece a hostilidade contra membros do exogrupo, ao invés de reduzi-la.

Embora esses resultados revelem um quadro hostil acerca das relações entre grupo imigrantes e comunidade autóctone, diversas intervenções a nível societal têm se revelado capazes de prevenir a formação de atitudes intergrupais negativas entre crianças e, ao mesmo tempo, favorecer a construção de identidade positiva

para as crianças e adolescentes pertencentes aos grupos minoritários. Além das intervenções baseadas na teoria do contato intergrupal, muitas práticas têm sido desenvolvidas com base na educação multicultural. Em linhas gerais, o multiculturalismo consiste na valoração positiva na diversidade cultural e identitária, com ênfase na integração e no contato entre diferentes grupos sociais (BERRY, 2011) e no reconhecimento de determinadas identidades são percebidas de modo negativo pelo grupo dominante (VERKUYTEN, 2008).

O desenvolvimento de currículos escolares voltados para a compreensão de diferenças culturais e da promoção de equidade para todos os grupos, bem como a composição de classes multiétnicas, tem apresentado resultados positivos sobre as atitudes intergrupais das crianças (VERKUYTEN e THIS, 2012). São currículos capazes de favorecer a interação entre grupo dominante e grupos minoritários e, ao mesmo tempo, promover identidade social positiva por parte das crianças pertencentes a grupos minoritários (VERKUYTEN e THIS, 2012).

## CONTEXTO BRASILEIRO

A sociedade brasileira apresenta características particulares em comparação aos demais contextos mencionados. Embora o Brasil também apresente a configuração de uma sociedade multirracial, sua formação histórica foi acompanhada por um elevado grau de miscigenação e pela difusão da crença conhecida como “mito da democracia racial”, caracterizado pela representação da sociedade brasileira como desprovida de barreiras em função da raça, cultura ou da etnia e pela convivência harmoniosa entre diferentes grupos étnico-raciais (FERNANDES, 2007). Não obstante o processo de miscigenação e a representação da sociedade racialmente democrática, as desigualdades raciais entre brancos e não brancos são profundas, repercutindo sobre os processos identitários e sobre a conduta intergrupal das crianças.

As investigações demonstram que desde muito cedo, as crianças brasileiras distinguem os grupos branco e negro em função da cor da pele (FRANÇA e MONTEIRO, 2002; FRANÇA; DA COSTA SILVA; LIMA; OLIVEIRA, 2020). Entretanto, observam-se diferenças no que diz respeito à autocategorização e à preferência intergrupal. Se por um lado as crianças brancas tendem a reconhecer-se como brancas e a manifestarem preferência pelo seu próprio grupo, as crianças negras apresentam maior ambivalência, dado que boa parte delas tende a se autocategorizar como brancas e ao mesmo tempo, costumam atribuir aos brancos, características socialmente favoráveis como beleza e comunicabilidade, ao passo que negros tendem a ser classificados como de modo



negativo (FRANÇA e MONTEIRO, 2002; MÁXIMO; CAMINO; LIMA-NUNES; LINS, 2012).

Embora a identificação com membros do exogrupo também seja verificada em outras sociedades multiétnicas (GAITHER et al., 2014), no Brasil ele resulta, em parte do processo caracterizado como branqueamento, o qual consiste na adoção do branco como um padrão de referência para o sucesso e status social, legitimando sua supremacia econômica, política e social (GUIMARÃES, 1999). O branqueamento não se restringe apenas ao aspecto sociocultural, mas também inclui elementos estéticos. O modelo branco de beleza possui repercussão sobre o desejo do negro de eliminar seus traços a fim de se aproximar ao branco no plano das aparências (nariz afilado, cabelos lisos, lábios finos, cútis clara) (CARONE, 2002). A cultura do branqueamento possui repercussões sobre a identidade étnico-racial das crianças negras, as quais tendem a manifestar descontentamento com a cor de sua pele e com demais traços fenotípicos, a exemplo do cabelo crespo, levando a insatisfação com sua autoimagem e à baixa autoestima (GAUDIO, 2015; TRINIDAD, 2015, 2016).

Diante de tal contexto, muitos estudos têm problematizado o papel que agentes socializadores, a exemplo da escola, possuem sobre a formação da identidade étnica de crianças negras. A atenção sobre o ambiente escolar deve-se à promulgação da Lei n. 10.639/2003, a qual inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e parte do reconhecimento de que, historicamente, a escola contribuiu para a cultura do branqueamento e apresenta potencialidades para contribuir com a promoção de identidade social positiva para as crianças negras e combater expressões de racismo.

Investigações mais recentes demonstram que as crianças negras tendem a ser sensíveis a estratégias de valoração da sua identidade étnico-racial, dado que tendem a se reconhecer como negras e a valorar positivamente seu próprio grupo, ao passarem por medidas interventivas voltadas ao combate da discriminação racial (DORIA, 2015; PONCE DE LEÓN; RAMÍREZ; HEES, 2018). Contudo, tal como destacado por Carvalho e França (2019), no Brasil ainda são poucas as investigações voltadas sobre estratégias de combate ao racismo entre crianças, dado que muitas pesquisas se voltam para a formação docente e para os efeitos da implementação da Lei 10.639/2003. Por conseguinte, ainda não é possível avaliar quais estratégias e recursos podem efetivamente contribuir para o enfrentamento do racismo na infância e para a promoção de identidade étnico-racial positiva entre crianças negras.

## SUMÁRIO

Neste capítulo foram apresentadas questões associadas ao desenvolvimento da identidade social das crianças inseridas em sociedades multiétnicas. As investigações aqui mencionadas revelam processos generalizáveis e singulares que incidem sobre a dinâmica das relações intergrupais na infância. Quanto aos primeiros, verifica-se que, em diferentes contextos sociais, as crianças manifestam estereótipos, preconceitos e comportamentos discriminatórios contra membros dos grupos minoritários, reproduzindo diferenças status presentes na sociedade mais ampla. Quanto aos processos singulares, observa-se variação nas categorias envolvidas na diferenciação intergrupala, podendo abranger identidades étnico-raciais, a exemplo do Brasil, ou identidades que englobam categorias diversas como nacionalidade e religião, a exemplo do Oriente Médio e dos países europeus.

Apesar da singularidade presente nas relações intergrupais de cada país, ressalta-se que as pesquisas são consistentes em demonstrar como os processos de diferenciação trazem consequências negativas para as crianças pertencentes aos grupos minoritários. Face a esse problema, um dos próximos passos das investigações sobre atitudes intergrupais na infância consiste em analisar quais tipos de procedimentos seriam eficazes em combater processos de exclusão e discriminação entre crianças e, concomitantemente, promover atitudes de respeito e tolerância.

Os estudos aqui mencionados revelam que, apesar do preconceito e da discriminação serem recorrentes durante a infância, as crianças respondem de modo favorável a intervenções de combate à hostilidade intergrupala, tal como tem sido observado nas investigações realizadas a partir do contato intergrupala (BERGER et al., 2016) ou da educação multicultural (VERKUYTEN e THIS, 2012). Entretanto, a formulação e os resultados dessas intervenções devem ser analisadas levando-se em conta as particularidades do contexto social em que as diferenças intergrupais são produzidas. Outro desafio para pesquisas futuras é verificar a eficácia de tais intervenções sobre a manutenção de atitudes intergrupais positivas em fases posteriores do desenvolvimento.